

Habitação é Central

*Vivências e reflexões em
torno de 'ilhas' e cortiços*

Habitação é Central

*Vivências e reflexões em
torno de 'ilhas' e cortiços*

© 2023 Edições Afrontamento.

All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system or transmitted in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording or otherwise without the prior permission of the publisher or in accordance with the provisions of the Copyright, Designs and Patents Act 1988 or under the terms of any licence permitting limited copying issued by the Copyright Licensing Agency.

Publicado por:

Edições Afrontamento
Rua Major David Magno 139
4000-191 Porto
Portugal

Concepção e Desenho Gráfico: Alexandra Gama

Ilustração da Capa: Sylvia Adriana Dobry

Imagens: x

xxx

ISBN-10: X XXXXX XXX X

ISBN-13: 978 X XXXXX XXX X

Publicado em Portugal

Índice

Apresentações institucionais

Angélica Benatti Alvim, Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Helena Serra, Diretora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. Nova)

Prefácio

Paulo Emílio Buarque Ferreira

Introdução

Manuel Carlos Silva, Débora Sanches, Celso Sampaio, Fernando Matos Rodrigues, André Cerejeira Fontes, Fernando Bessa Ribeiro e António Cerejeira Fontes (orgs)

Parte I - Habitação e Políticas Públicas no Brasil e em Portugal: perspectiva socio-histórica

Capítulo 1 - Política pública e desafios da regularização fundiária de projetos de habitação de interesse social

Rosane de Almeida Tierno

Capítulo 2 - Políticas de Habitação em Portugal: Mercado, Crise e a Lei de Bases da Habitação

Manuel Carlos Silva, Fernando Bessa Ribeiro e António Cardoso

Capítulo 3 - Cortiços em São Paulo, Brasil: Vida cotidiana e exploração

Paula Carlos de Souza

Capítulo 4 - As 'ilhas' na cidade do Porto: contributos para o estudo do alojamento operário nos séculos XIX e XX

Manuel Carlos Silva, Fernando Matos Rodrigues, André Cerejeira Fontes e António Cerejeira Fontes

Parte II – Lutas e Movimentos Populares pela Habitação

Capítulo 5 - Movimentos Populares: o papel histórico da Unificação das Lutas de Cortiço e Moradia (ULCM)

*Sidnei Antônio Euzébio Pita
e Celso Aparecido Sampaio*

Capítulo 6 - 'Ilhas direito à habitação e ativismo social em Aldoar, Porto

Esmeralda Mateus (em entrevista)

Capítulo 7 - Movimentos de moradia hoje: as pautas e as lutas contemporâneas

Carmen Silva e Marcele Lemos Piotto

Capítulo 8 - Condições em moradia insalubre na pandemia de Covid-19

Benedito Roberto Barbosa, Juliana Lemes Avanci e Luiz Tokuzi Kohara

Capítulo 10 – A institucionalização das políticas de cortiços na prefeitura de São Paulo (1990-2004)
Luiz Tokuzi Kohara e Márcia Maria Fartos Terlizzi

Capítulo 11 – O Processo SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Oeiras: movimento associativo, corpo técnico e Câmara Municipal

António Ricardo

Capítulo 12 - Cartografia socioespacial da “ilha” da Bela Vista: uma proposta político-técnica de reabilitação por moradores, técnicos e cientistas sociais

Fernando Matos Rodrigues, António Cerejeira, Fontes, André Cerejeira Fontes e Manuel Carlos Silva

Parte III - Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e Ilhas: lutas, institucionalização e metodologias participativas no Brasil e em Portugal

Capítulo 9 - Projeto de habitação de interesse social em área de cortiço e patrimônio histórico: Casarão do Carmo

Celso Aparecido Sampaio e Débora Sanches

Capítulo 13 – O protagonismo das assessorias técnicas junto dos movimentos sociais: os mutirões Madre de Deus e Celso Garcia e o programa Morar Certo, São Paulo (1990-2000)

Joel Pereira Felipe

Capítulo 14 - Laboratório da Habitação Básica (LHAB) - Um Laboratório multidisciplinar e participado

António Cerejeira Fontes, Fernando Matos Rodrigues e André Cerejeira Fontes

Cartografia socio-espacial da “ilha” da Bela Vista: uma proposta político-técnica de reabilitação por moradores, técnicos e cientistas sociais

*António Cerejeira Fontes*⁹⁵

*Fernando Matos Rodrigues*⁹⁶

*André Cerejeira Fontes*⁹⁷

*Manuel Carlos Silva*⁹⁸

1. Introdução: origem e identidade da ‘ilha’ da Bela Vista

A ‘ilha’ da Bela Vista tem origens num programa e projeto entregue nos serviços municipais da Câmara Municipal do Porto, que viria a dar lugar à sua construção em 1870 em terrenos pertencentes a uma antiga propriedade rural, denominada de Monte dos Congregados.

95 Arquitecto e Engenheiro Civil, vogal do LAHB e Arquitecto do Projeto de Arquitectura Básica Ilha da Bela Vista, coordenador da IMAGO e vogal da LAHB. Contato: ajfontes@cfaarch.com

96 Antropólogo, Investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. Nova.UMinho) e Diretor do Laboratório de Habitação Básica (LAHB). Contato: mat.rodrigues@sapo.pt

97 Arquitecto e Professor na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, membro do LAHB.

98 Sociólogo, Professor Catedrático e Investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova.UMinho) e Investigador colaborador no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília. Contato: mcsilva2008@gmail.com

Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 1 - Ilha da Bela Vista, pré-intervenção



Fonte : Arquivo do LAHB.

Figura 2 - Ilha da Bela Vista, corredor.



Fonte : Arquivo do LAHB.

A ‘ilha’ da Bela Vista situa-se na antiga rua da Duquesa de Bragança que data a sua abertura de 1843. Com a abertura desta nova artéria urbana que começa no Jardim de S. Lázaro, ela estende-se em direção ao Norte até à periferia da cidade. O terreno onde foi construída a ‘ilha’ da Bela Vista faz parte de uma grande parcela de terreno, com 33 metros de frente e 77 de profundidade. Aliás, é nas traseiras desta parcela de terreno que se viria a construir a atual ‘ilha’ da Bela Vista. Esta faixa contígua à rua foi dividida em cinco lotes para construção, cada um deles com uma frente de 6 a 6,5 metros e 25 metros de profundidade e o terreno restante situado por trás desta faixa foi reservado para a construção da ‘ilha’ da Bela Vista.

O terreno das traseiras dispunha de um acesso independente a partir da rua, por meio de um estreito corredor a céu aberto (uma viela), que quase não atingia dois metros de largura ao longo de um dos limites da referida propriedade. Em cada um dos cinco lotes à face da rua viria a ser construído um edifício de dois pisos de boa qualidade, destinados à habitação burguesa. Nos terrenos correspondentes às traseiras desses lotes foi construída a ‘ilha’ da Bela Vista, constituída por de 43 casas (Teixeira, 1996). Estas casas, entre as quais algumas com dois pisos, encontravam-se agrupadas em quatro filas paralelas. Duas destas bandas de habitações foram construídas encostadas aos muros laterais da propriedade e as outras duas alinhadas costas com costas. Dois corredores estreitos davam acesso a todas as casas. Todas as construções na ‘ilha’ da Bela Vista são em alvenaria de granito, rebocada ou não, com paredes de tabique nas divisórias das células.

Algumas habitações foram sendo sujeitas a obras de melhoramentos e de transformação pela livre iniciativa dos seus moradores. Nas últimas décadas do século XX os moradores, em processo de autoconstrução, introduziram novos equipamentos (por exemplo, banhos, cozinhas, telhados, instalação de água e luz elétrica), recorrendo à solidariedade dos vizinhos, dos familiares e outros com recurso a pequenos créditos bancários.

Mais de 90% das células existentes na ‘ilha’ da Bela Vista encontravam-se em estado avançado de ruína, agravados por defeitos de construção, quer por inexistência de trabalhos de conservação, manutenção e repa-

Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 3 - Ilha da Bela Vista, corredor. Festa de São João.



Fonte : Arquivo do LAHB.

Cartografia socio-espacial da “ilha” da Bela Vista

Figura 4 - Moradores, Ilha da Bela Vista.



Fonte : Arquivo do LAHB.

Figura 5 - Ilha da Bela Vista. Carnaval.



Fonte : Arquivo do LAHB.

ração. Para além da precariedade das construções, importa ter presente que a média etária dos seus habitantes ronda os sessenta anos, sem possibilidade sequer de projetos de autoconstrução e com problemas de saúde, nalguns casos agravados por problemas de mobilidade, os quais são minimizados pelas relações de entre ajuda e ainda pelo facto de não haver grandes desníveis no acesso às células de habitação. Por outro lado, convém não ignorar que estamos perante uma comunidade em que o rendimento familiar não ultrapassa os 300 euros mensais em média. São reformas do sistema geral de pensões.

No caso do Porto as ‘ilhas’ funcionavam quase sempre como traseiras da cidade pública. Eram uma parte escondida, cujo destino estava intimamente ligado ao da cidade, mas com estatuto próprio, como se fossem espaços semi-privados.

Em torno do espaço-ilha alinhavam-se as células residenciais de programa e espaço reduzido. Para além das habitações alinhadas em corredor, encontravam-se, num sistema de baterias de uso coletivo as latrinas, os banhos, os tanques de lavar a roupa à entrada de cada célula, o poço e o pequeno largo ao fundo do corredor estreito que vem da rua D. João IV. Os habitáculos eram geralmente de planta quadrada, variando entre os 25 e os 35 m², células simples de casas térreas, outras células dúplex, que se organizavam na vertical e correspondiam a um primeiro piso.

As habitações eram geralmente de cores variadas e fortes e caracterizadas por um ritmo de porta/janela gerado pela sua repetição. As portas iam-se diferenciando, quer na cor, quer no desenho que as madeiras velhas incorporavam. As persianas marcavam ritmo e desenhavam na pequena fachada uma quebra de ritmo que lhe dava poética e valor estético diferenciado. A ‘ilha’ era um espaço seguro. Muitos dos seus moradores nasceram na ‘ilha’ da Bela Vista. Muitos dos seus moradores vivem hoje na casa que já pertenceu a familiares de anteriores gerações, como pais e avós. Ou começaram a viver nela quando se casaram com um(a) dos seus moradores (50 ou mais de 30 anos). Nas 12 casas habitadas vivem 21 pessoas, dos quais 9 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Grande maioria dos habitantes tem mais de 60 anos, sendo que a mais nova tem 15 anos e a mais idosa tem 85 anos. Existem 14 moradores pensionistas, 2 desempregados, 1 estudante e 4 inseridos no

Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 6 - Caracterização do estado de construção



Fonte : Arquivo do LAHB.

Figura 7 - Localização da Ilha da Bela Vista, Rua D. João IV



Fonte : Arquivo do LAHB.

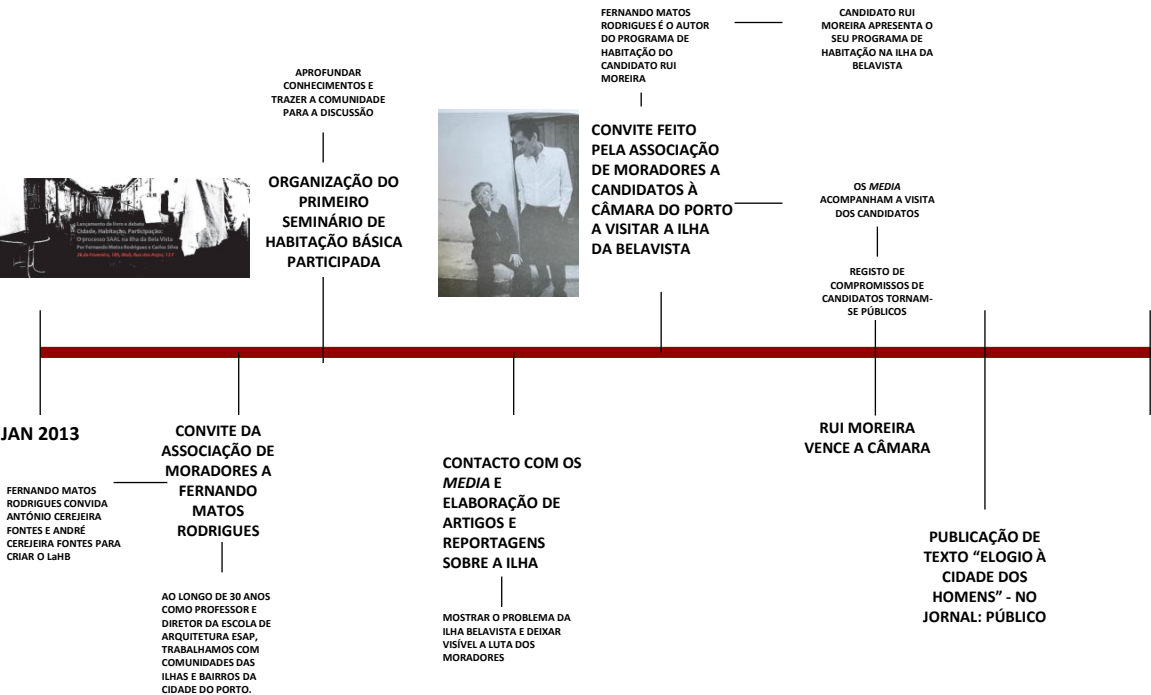
mercado de trabalho. Vivem isolados 5 idosos devido ao falecimento ou separação do/a seu/sua parceiro/a. As suas profissões encontravam-se ligadas à indústria, ao têxtil e aos serviços de limpeza. Na generalidade os moradores completaram a antiga 4ª classe, apenas dois moradores não frequentaram a escola, apesar de um deles ter aprendido a ler e escrever com os seus familiares. Na ‘ilha’ o leque de profissões é variado desde modista, sapateiros, marceneiros, chapeiros, mecânicos, pintores de obras, entre outros.

As relações de vizinhança na ‘ilha’ da Bela Vista são muito fortes e íntimas. A ‘ilha’ é marcada pela cronologia festiva dos santos da cidade como, por exemplo, as grandes festas joaninas. É um pretexto para se realizarem as sardinhas e os churrascos coletivos. As relações de solidariedade, próprias de uma comunidade de pertença (Goffman, 1973), estruturam-se em função do ritmo da vida moderna, isto é, as relações de ajuda adaptaram-se às necessidades que a vida moderna implica com trabalho, a escola dos mais novos, o apoio à velhice. Os moradores mais novos ajudam os idosos no dia-a-dia, quer nas compras diárias, na higiene da roupa ou no fornecimento das refeições aos mais doentes e incapacitados pela idade. A limpeza, a segurança, a iluminação são responsabilidade da Associação de Moradores. A Associação presta ajuda em pequenas obras, na saúde e na morte.

Na ‘ilha’ a habitação é identificada como um território pessoal, está incrustada no corpo e na memória de cada um deles. Estamos perante a existência de fortes territorialidades e espacialidades, marcadas por apropriações psicologicamente densas e estruturantes das suas identidades. Uma espécie de território básico que é ocupado de maneira estável e claramente identificado pelos seus ocupantes. Neste sentido a casa-‘ilha’ que assegura intimidade, personalidade, segurança, identidade, refúgio pessoal, não tolera qualquer invasão por parte do estranho-agressor. Qualquer intromissão é sentida como uma violação porque invade a ‘ilha’-concha que protege e dá segurança àquele que nela habita.

O morador estabelece uma relação muito próxima com o espaço-‘ilha’ no sentido em que tem tendência para ocupar o território-‘ilha’ de forma a exercer nele uma espécie de direito de posse, que origina um sentimento de posse, bem expresso na expressão «a minha ilha» a «ilha

Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'



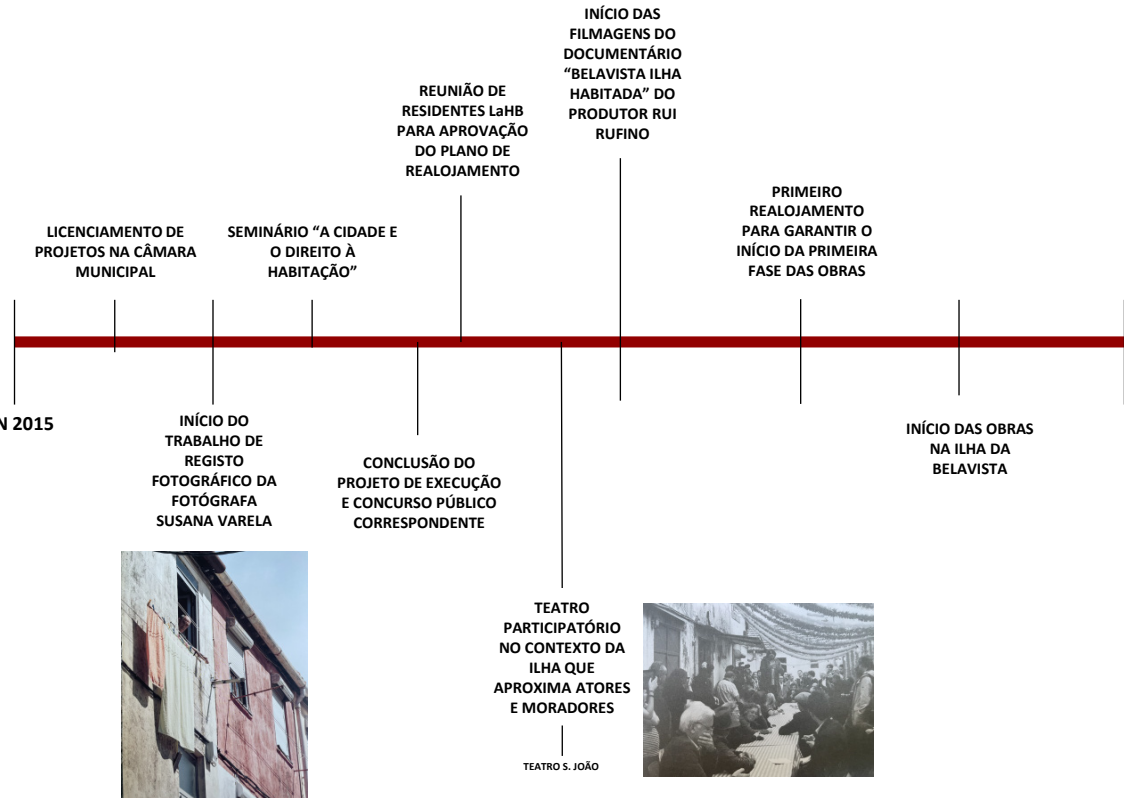
Cartografia socio-espacial da “ilha” da Bela Vista



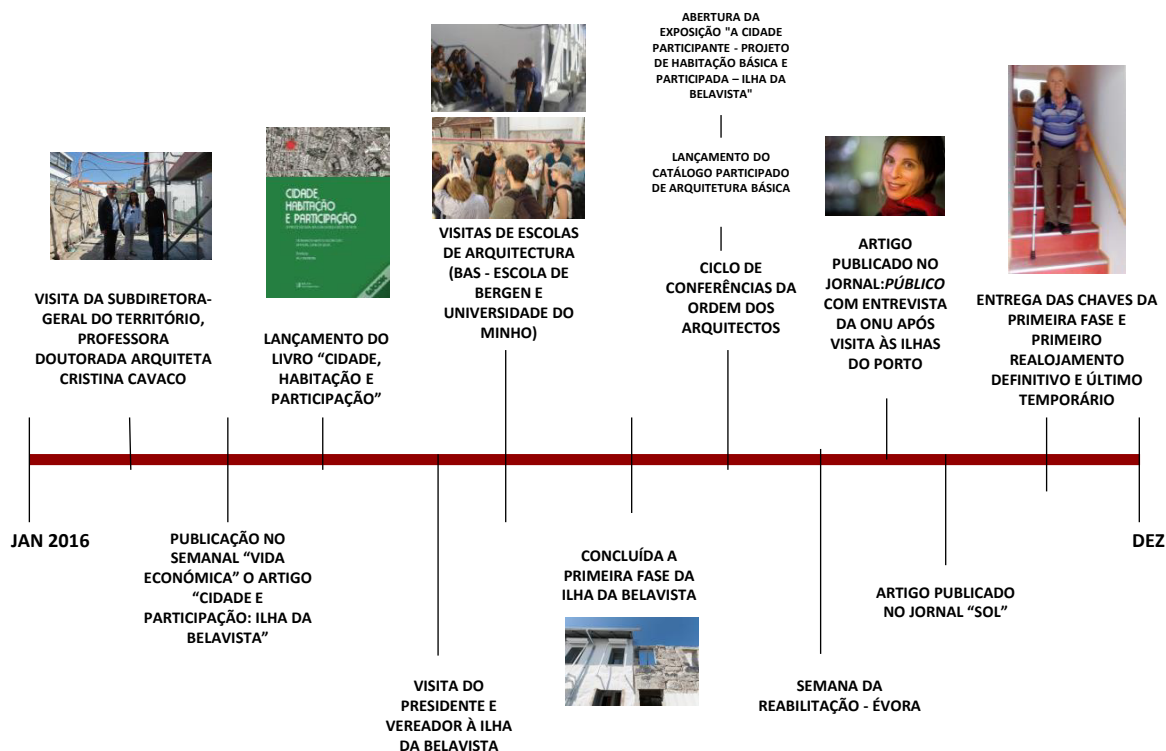
é nossa». Aliás, essa invasão será sentida de maneira tanto mais forte e insuportável quanto o território invadido tem um carácter privado.

Ocupar o território leva-nos para a ideia da marcação intimamente ligada ao tempo de ocupação, uma espécie de território pessoal que introduz marcas carregadas de uso e de apropriação do espaço-‘ilha’, mas que nos podem levar também para a importância dos marcadores, uma espécie de cartografias de indícios diversos que indicam a ocupação do espaço por alguém e nos abrem possibilidades de marcar para se demarcar, diferenciando os espaços e abrindo os mesmos à partilha com o outro ou outros diferentes.

Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

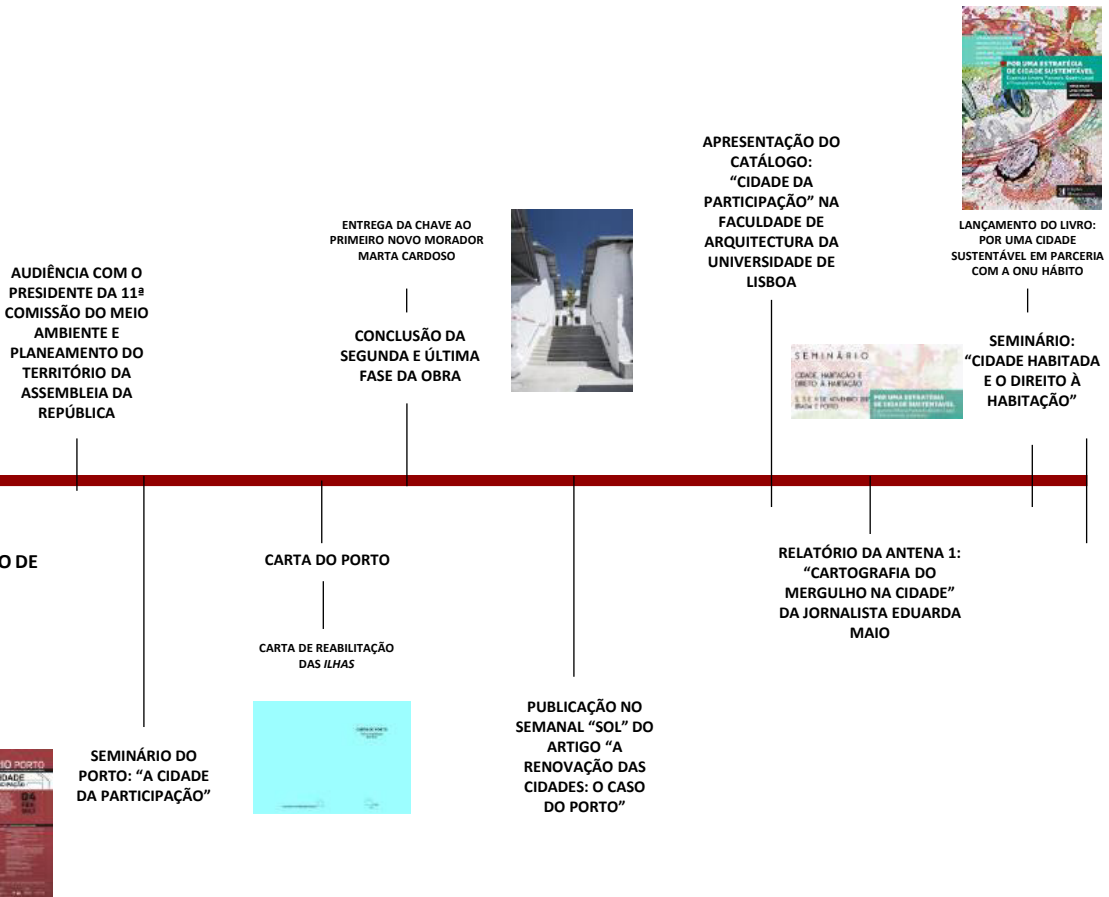


Cartografia socio-espacial da “ilha” da Bela Vista



Na ‘ilha’ da Bela Vista cada habitante tem a sua própria marca de diferenciação e de ocupação do ‘espaço-casa’ e do ‘espaço-ilha’, em relação com o vizinho do lado ou da frente. Cada um tem um ritmo e um tempo de ação próprio e personalizado, identificado pelo outro que vive a seu lado ou que habita na casa do outro corredor. São territórios diferenciados, com ritmos e sentidos diferentes, com horários de ocupação e de deslocação tão próprios e definidos que a ‘ilha’ parece ser comandada por uma máquina que marca o compasso e o ritmo social do coletivo para o individual.

Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'



A maneira de sinalizar o espaço na ‘ilha’ da Bela Vista obedece aos usos normais do espaço no seu quotidiano, desde as funções do estar e circular aos usos da convivência e socialização, em suma, às relações entre familiares e vizinhos. Cada um tem uma forma própria de marcar o seu espaço sem contudo o transformar num marcador agressivo do seu «eu» em relação ao «outro». A porta é sem dúvida um elemento diferenciador no contexto da comunidade «nós», isto é, existe um prolongamento do interior da casa para o exterior da pequena rua.

A ‘ilha’ é assim um espaço-vivido que se faz de experiências, de relações, de afetos, de significações, de valores individuais e coletivos. A ‘ilha’ é também um espaço-arquitetónico que não se reduz às suas propriedades materiais e físicas, mas que se afirma como uma linguagem que comunica uma mensagem sobre os seus ocupantes, sobre as suas funções; cada edifício é assim uma espécie de biografia social daqueles que o ocupam. No fundo, a ‘ilha’ é um espaço essencialmente delimitado por fronteiras e muros que marcam uma separação clara entre o mundo exterior e a minha casa e a casa dos outros. Estabelece uma oposição-complementar entre um dentro e um fora em função da ‘minha ilha’ e da ‘minha rua-cidade’.

2. Habitação Básica Experimental - uma proposta político-técnica e metodologia participativa num projeto de reabilitação

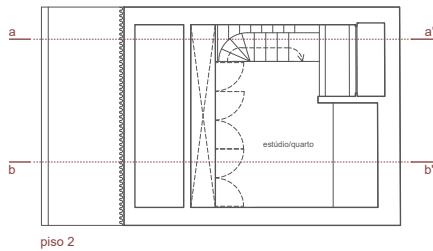
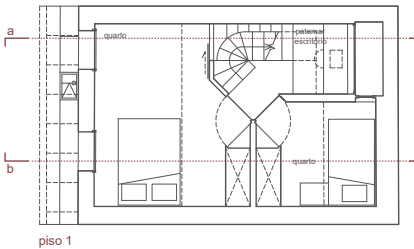
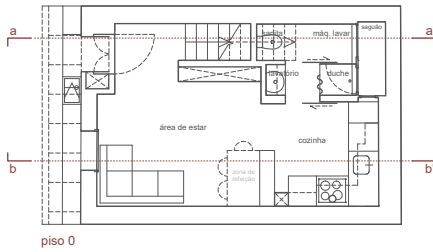
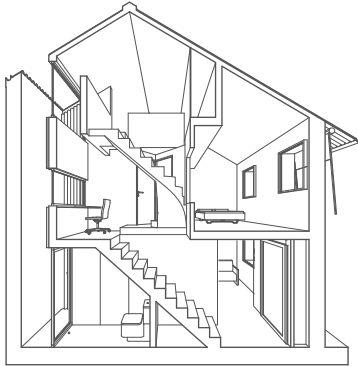
Se o direito à habitação está consagrado na maior parte das Constituições dos países, Declarações Internacionais e, por extensão, o direito à cidade e à justiça social e espacial (Lefebvre, 1991/1968; Harvey, 1980, 2018; Soja 2010, Tarsi 2018), a realidade na maior parte dos países e suas cidades é caracterizada por fortes desigualdades socio-espaciais no acesso aos bens fundamentais como é o da habitação, nomeadamente em Portugal, nomeadamente desde a industrialização, ainda que lenta e tardia, dos finais do século XIX (Engels, 1971/1872; Castells, 1974; Harvey, 1977; Fonseca, 1987; T. Pereira, 1994; C.N. Silva, 1994; Gross, 1994; Baptista, 1999; Silva, 2012; Queirós, 2015; Antunes, 2020).

A operação na ‘ilha’ da Bela Vista (2013-2017) na cidade do Porto, reivindicada pela Associação de Moradores e implementada pelo Laboratório

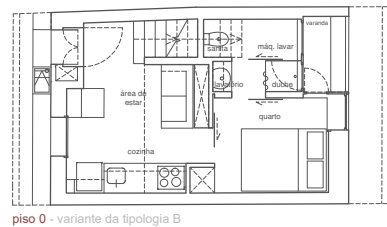
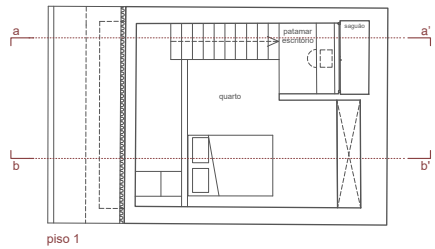
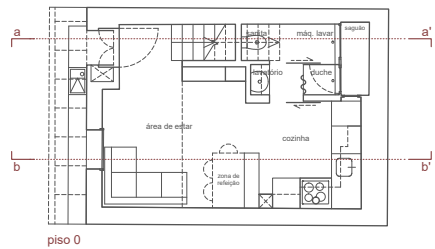
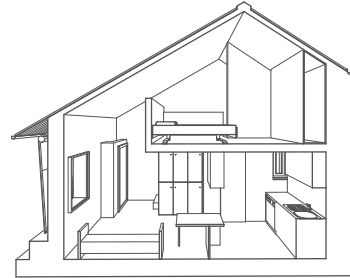
Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 8 - Tipologia A e Tipologia B (plantas e cortes perspéticos).

Tipologia A



Tipologia B



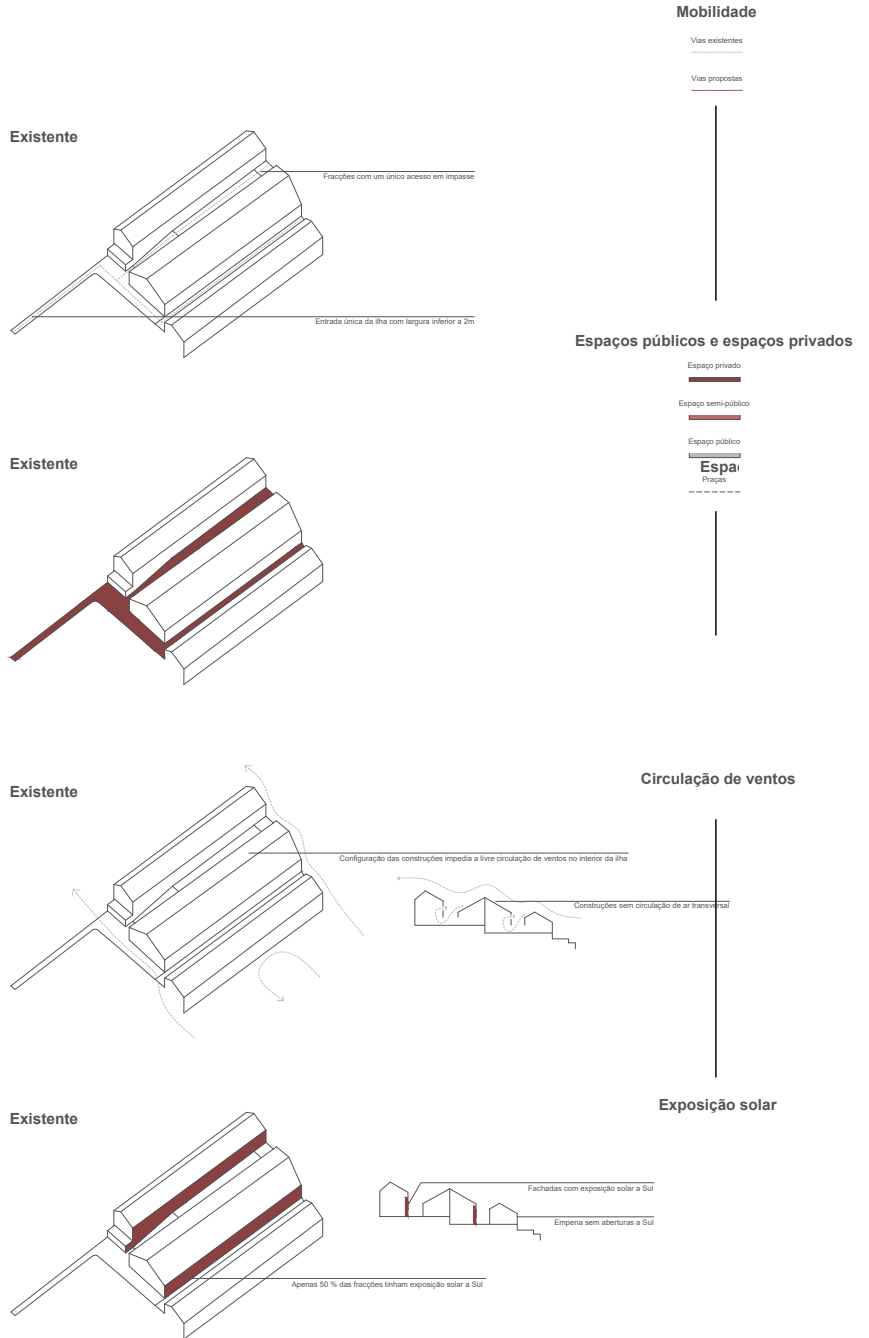
Fonte : Arquivo do LAHB + CFA Arquitetos

de Habitação Básica (LAHB), a Imago dos Arquitetos Cerejeira Fontes e membros da equipa do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. Nova) da Universidade do Minho, a que viria associar-se mais tarde o pelouro de Habitação e Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, teve por base um processo de aproximação teórico-prático, a partir de uma experiência de investigação-acção na qual participaram os autores deste texto. Foi assim desenhada uma proposta político-técnica em torno da implementação de um programa de arquitetura básica participada com um propósito colaborativo entre todos os atores, vinculando nomeadamente a comunidade de vizinhos da “ilha” e a equipa multidisciplinar ao processo de renovação, num processo reflexivo e prático, integrando os moradores na discussão, na construção de soluções e no desenho final da proposta arquitectónica, assumindo-os não como objetos de estudo mas protagonistas centrais em todo o processo de reabilitação da ‘ilha’ (Rodrigues e Silva, 2015; Rodrigues *et al.*, 2017; Rodrigues *et al.*, 2020; Silva, 1998 e 2003). Este projeto nasceu na comunidade e para a comunidade, com debates internos e divisão de tarefas na construção do projeto, sendo utilizadas metodologias participativas num contexto social de grande tensão e conflitualidade na defesa do direito à habitação na cidade.

Este projeto de renovação e reabilitação de uma “ilha” em estado de ruína, tendo por base a componente de forte participação dos moradores e um outro de compromisso social de técnicos e cientistas sociais no quadro de um projeto de investigação-acção e participação, tal como *grosso modo* desenhado por Villasante (2000: 11 ss), visando não só um processo de empoderamento da população, como a realização do objetivo da reabilitação da ‘ilha’. Para tal a Associação de Moradores, a equipa técnica liderada por dois arquitetos com a colaboração de cientistas sociais comprometidos com o projeto, além de preparar o terreno com reuniões e assembleias, palestras, seminários e sessões abertas não só aos moradores como a outros cidadãos/ãs interessados/as, teve a iniciativa de envolver, no contexto das eleições autárquicas de 2013, o candidato independente Rui Moreira à Presidência da Câmara no sentido de lhe assegurar apoio na condição de se comprometer com o projeto de reabilitação. Tal viria de facto a acontecer na sequência da vitória de Rui Moreira, permitindo que, apesar dalguns obstáculos provindos da *Domus Social*, o projeto de reabilitação viria aprovada e levada a cabo, para o

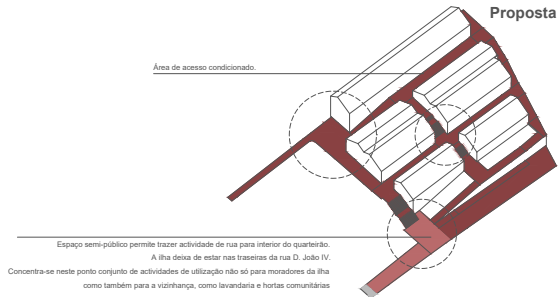
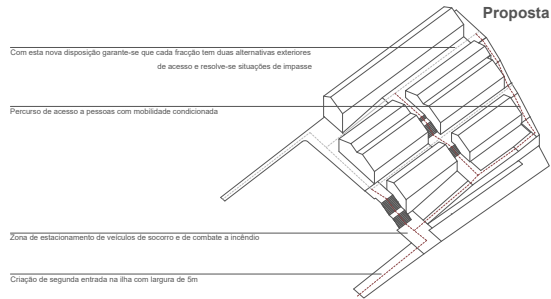
Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 9 - Esquemas da estratégia de intervenção

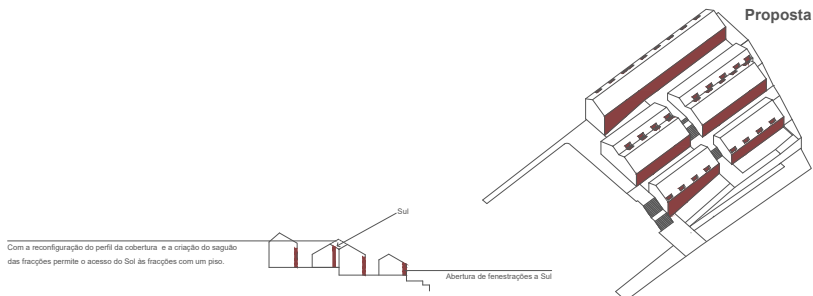
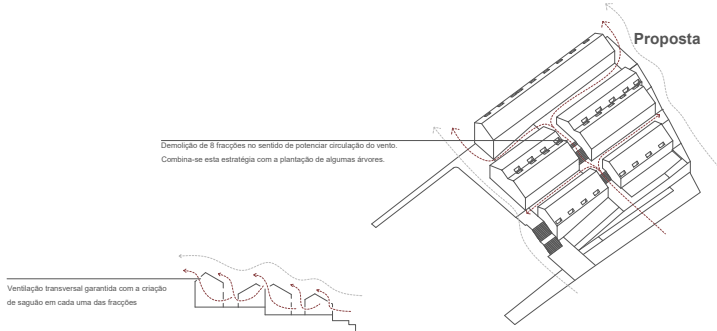


Fonte : Arquivo do LAHB + CFA Arquitetos

Cartografia socio-espacial da “ilha” da Bela Vista

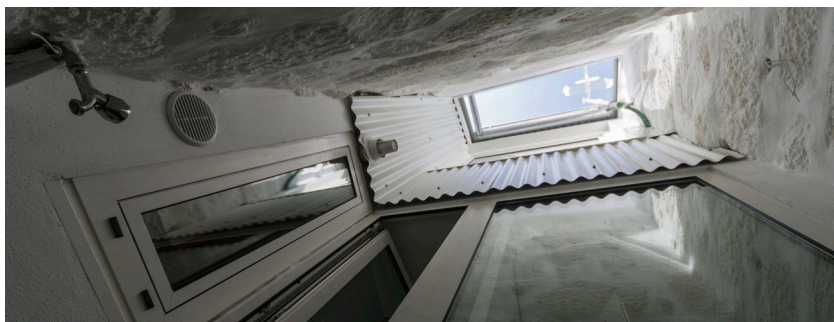


ção de ventos



Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 10 e 11 - Detalhe de Habitação



Fonte: Arquivo Lahb/Susana Varela, fotógrafa

qual contribuiriam, para além do compromisso e posterior chancela do Presidente, as reportagens de profissionais dos meios de comunicação, a abertura do Vereador do Pelouro da Habitação e sobretudo a colaboração ativa dos Vereadores da Cultura Paulo Cunha e do Urbanismo Manuel Correia Fernandes.

No caso da Bela Vista a equipa de pesquisa e intervenção, integrada no CICS.Nova_UM/Lahb, acompanhou todo o processo desde o início da operação, passando pelo realojamento interno no seio da ilha, a instalação do estaleiro e a construção em duas fases, de forma a evitar a deslocalização dos seus moradores para outro bairro. Neste contexto os técnicos, os investigadores e moradores não aceitaram o realojamento e a deslocação dos moradores durante a execução da obra de reabilitação/renovação da “ilha”.

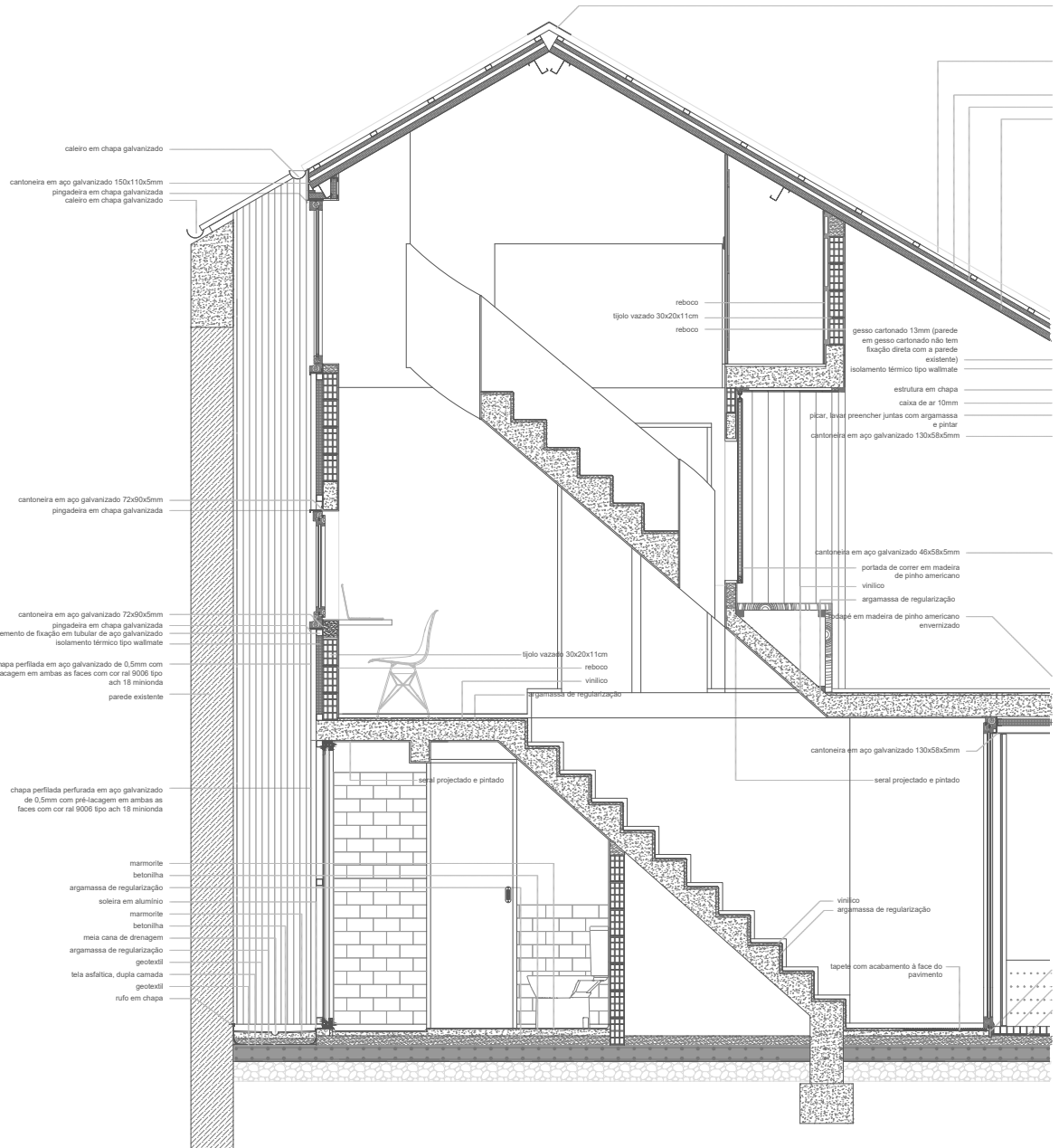
Tendo por base as metodologias aplicadas (investigação-ação e participação) foi assim possível construir um projeto de habitação básica participada para a comunidade da Bela Vista. O programa começou em 2013 com a preparação da instalação do LAHB na “ilha” e terminou em 2017 com a obra de renovação concluída (Rodrigues, Fontes e Silva, 2017).

A renovação da “ilha da Bela Vista” (2013-2017) é, sem dúvida alguma, uma forma de valorização da habitação no contexto da cidade, promovendo o direito a uma habitação de forma a contrariar o esvaziamento, a deslocalização e o envelhecimento social na cidade do Porto (cf. Rodrigues e Silva, 2015). O programa de habitação básica participada, implementado e construído na antiga ‘ilha’ da Bela Vista, apresenta uma proposta básica de habitação, capaz de garantir o direito à habitação e à cidade.

A implementação deste programa de habitação básica participada na ‘ilha’ da Bela Vista conduziu à renovação e reconstrução de 37 células habitacionais, bem como ao aparecimento de duas pequenas praças, de novas acessibilidades ao interior da ‘ilha’, de uma maior disponibilidade de espaços públicos qualificados, uma maior e eficiente exposição solar de toda a ‘ilha’, uma maior percentagem de logradouro com 58,6% em relação aos 41,4 existentes, a criação de 20 lotes de hortas familiares, de praças e jardins, o que veio permitir uma maior qualidade de habitar.

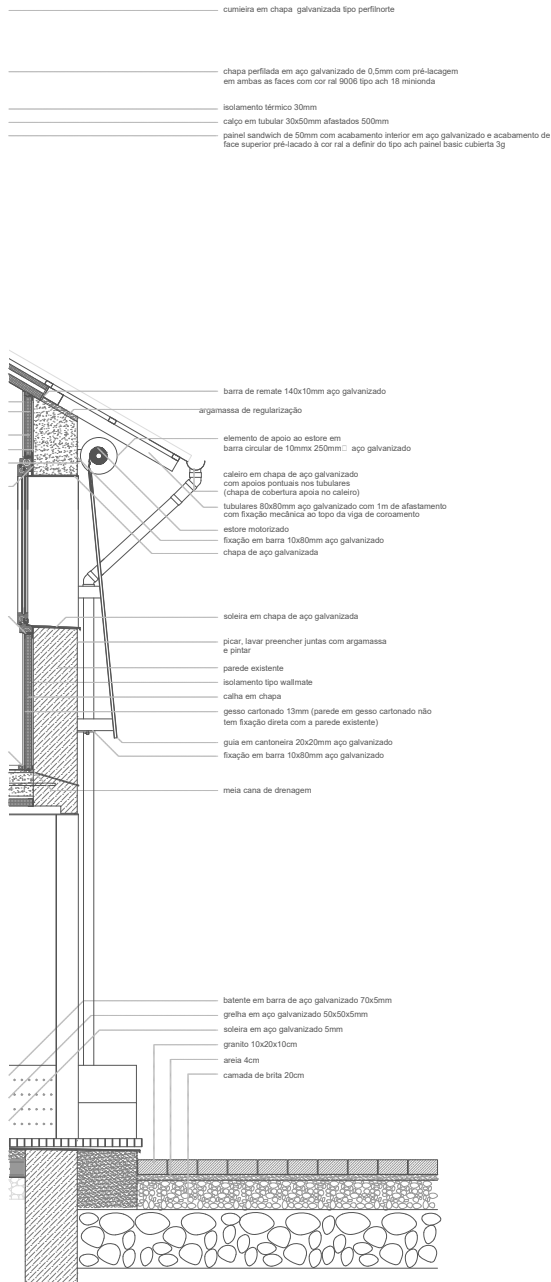
Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 12 - Corte do detalhe construtivo



Fonte : Arquivo do LAHB + CFA Arquitetos

Cartografia socio-espacial da “ilha” da Bela Vista



Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 13 e 14 - Exteriores da 'ilha' da Bela Vista
(hortas, jardins e praças)



Fonte: Arquivo Lahb/Susana Varela, fotógrafa

Em relação à qualificação das casas na ‘ilha’ da Bela Vista, as melhorias em termos estruturais e ambientais foram sem dúvida de grande dimensão. Por exemplo, na Tipologia A, constituída por dois pisos, dimensionada para uma família de até 3 pessoas, é constituída por 1 quarto no piso superior (8 fogos) e uma variante com 2 quartos, um em cada piso (mais 8 fogos). O saguão criado permite iluminação natural e ventilação transversal em todos os compartimentos, bem como o patamar da escada permite aí colocar uma mesa de trabalho, leitura ou estudo. As casas ganham qualidade de habitar, bem visível nos dados estatísticos que vamos apresentar. Assim, passamos de uma área ventilada de 47% para 100%, uma área envidraçada de mais de 204%, uma área útil de 95,5%. Estes dados mostram por si as transformações qualitativas de cada uma das casas na ‘ilha’ da Bela Vista, considerando as patologias crónicas que afetavam a vida das pessoas com humidades excessivas, ausência de luz e de ventilação, ausência de equipamentos como os banhos e as cozinhas. A Tipologia B é constituída por 3 pisos dimensionados para uma família de 4 a 5 membros. O piso 0 contém as zonas comuns, os pisos superiores contêm até 3 quartos, com arrumos, com roupeiros embutidos.

Sob o ponto de vista construtivo a intervenção estruturou-se e organizou-se em função destes três eixos fundamentais: primeiro, resolveram-se as patologias construtivas originais, com a impermeabilização das construções existentes com base em soluções de baixo custo, de forma a preservar a estrutura e a morfologia original dos edifícios. Para as suas paredes perimetrais criou-se um novo pano de parede pelo interior das paredes exteriores, criando uma caixa-de-ar ventilada e um canal de escoamento de águas. No contato com o terreno construiu-se um novo pavimento térreo; em segundo lugar, procedeu-se ao reforço estrutural dos elementos construídos existentes. No topo superior das paredes de alvenaria existentes foi criada uma cinta em betão armado para travamento estrutural, complementada por uma nova laje de betão armado, apoiada na alvenaria existente e por elementos pontuais novos; por último, criou-se uma nova cobertura leve com reforço do isolamento térmico (cf. Rodrigues *et al.*, 2016).

Como referido, as obras realizaram-se sem ser necessária a deslocação e o realojamento dos seus moradores. Para isso acontecer, foi elaborado

um plano de ação coordenado pela equipa do LAHB e pela Associação de Moradores da 'ilha' da Bela Vista, com a deslocação dos moradores para algumas das casas vazias que se encontravam entaipadas na ilha. Por outro lado, a obra de renovação foi dividida em duas fases, de forma a possibilitar este rodar de moradores entre as duas alas/corredores de casas, facilitando a realização das obras num primeiro núcleo. Com as obras concluídas na primeira fase, os moradores circulavam então das velhas casas para as novas casas já reabilitadas.

Durante quase dois anos da obra os moradores habitaram na 'ilha' e no estaleiro, sem acidentes e sem conflitos (cf. Rodrigues *et al.*, 2017). A relação entre moradores e operários, entre habitar e estaleiro, foram sempre de grande empatia e solidariedade. Terminadas as obras, com a 'ilha' reabilitada e infra-estruturada, procedeu-se ao realojamento com os novos moradores: alguns dos antigos moradores da 'ilha' da Bela Vista e outros que não tinham qualquer relação com a comunidade de origem. Todo este processo teve o acompanhamento do Presidente da Associação de Moradores, o Senhor Fontelas Lopes e a equipa do LAHB. As novas famílias integraram-se de forma mais ou menos fácil na 'ilha', tendo para tal contribuído a comunidade original, que esteve sempre disponível para ajudar quando surgiam alguns problemas relacionados com pequenas coisas que ainda não funcionam como deviam.

A abordagem ao projeto realizada mediante um profundo e sólido trabalho de equipa está alicerçada no privilégio de se ter vivido durante quase dois anos na 'ilha' da Bela Vista. Mais que uma visão distante do problema, esta intensa experiência permitiu acrescentar, contrariamente a uma visão distante e externa, uma outra perspetiva de proximidade e de pertença ao lugar.

Agora a visão e o tacto fundem-se na verdadeira experiência vivida. Como diz o crítico arquiteto finlandês Pallasmaa (2014:64 ss) «(...) Já fui trabalhador agrícola, da construção civil, administrativo, reitor de uma universidade, *designer* gráfico e de produto, etc., mas faço tudo com os olhos e a mente de um arquitecto. Contudo, não digo um arquitecto no sentido de um profissional qualificado, mas como um arquétipo, uma espécie de “-eiro”. Um ferreiro não é um profissional qualificado, mas

uma figura quase mística. Assim também eu considero o arquitecto um paladino das dimensões míticas da vida, não um profissional».

Construir suportado na nossa experiência de vida na ‘ilha’, na real percepção do lugar, no entendimento de quem lá vive e de como, durante os mais de 150 anos de existência da ‘ilha’, as suas gentes souberam viver.

Estamos cada vez mais conscientes e convictos de que a arquitetura básica deve ser um reflexo o mais nítido possível daquilo que são as reais necessidades de quem habita os lugares. Não numa visão funcionalista e puramente técnica, mas sim com a possibilidade de se incorporar uma visão performativa à poesia da simplicidade e harmonia.

3.Considerações finais

A jeito de conclusão, neste texto foi possível fazer uma breve descrição e análise das origens e vicissitudes históricas da ‘ilha’ da Bela Vista, sua cartografia socio-espacial, os processos de autoconstrução e melhoramentos, assim como de degradação da ‘ilha’, as más condições de habitação por humidades e outras condições a nível sanitário, fosse por patologias de má construção, fosse por falta de manutenção e reparação ou ausência de infraestruturas e equipamentos. Por outro lado, foi feito o registo da ambiência socio-cultural dos sentimentos de identidade e busca de segurança mínima dos moradores/as, assim como das práticas de entreajuda e solidariedade, numa palavra, descreveram-se vivências e experiências dos moradores na sua relação com a espaço-‘ilha’ e espaço-casa, com os vizinhos, assim como com os forâneos e as instituições envolventes.

Tratando-se de uma história local inserida nas traseiras ou espaços mais invisíveis da cidade, os moradores/as tiveram de lutar não só pela melhoria de condições de habitação com base nas suas próprias estratégias, como sobretudo enfrentar uma e outra vez as ameaças de despejo e realojamento, dado os interesses imobiliários em zonas centrais da cidade, como a da ilha da Bela Vista como outras aliás, num quadro de mercantilização da cidade e processos de gentrificação (cf. Smith, 2012). Por isso, importa salientar os processos de resistência e sua determinação

de reivindicação de renovação ou reabilitação da ‘ilha’ no pressuposto de recusarem mudar de local, expresso em frases como “Daqui ninguém nos tira”. Em termos históricos, salvo a existência de um primeiro projeto de reabilitação da ‘ilha’ no quadro do SAAL após o 25 de Abril de 1974 – o qual viria a ser malogradao (cf. Rodrigues e Silva, 2015) – o surgimento de um novo projeto em 2013 que, num primeiro momento, suscitou alguma perplexidade e descrença, acabou por ser abraçado e ser oportunidade de discussão e mobilização dos moradores/as, conjugando-se, como referido, com outras condições favoráveis: uma equipa técnica dirigida por dois arquitetos, o envolvimento de cientistas sociais e doutros cidadãos/ãs comprometidos com a causa e sobretudo a força, a mobilização e a ação coletiva dos moradores/as, impulsionados/as pela resistência e determinação de antigos e atuais dirigentes da Associação de Moradores. Por fim, mas não menos importante, a superveniência de um candidato dito independente, tendo em vista a captação de votos, acabou por se comprometer e, sendo vencedor, obrigado a cumprir essa promessa específica, sem que tal se tenha traduzido numa política habitacional generalizada a nível municipal. O relativo sucesso do projeto e sua realização, ainda que excepcional no quadro da política habitacional a nível nacional e municipal, deve-se, num quadro de uma real democracia associativa e participativa, à feliz combinação dos vários fatores referidos.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Gonçalo (2020), “Habitação operária na cidade de Lisboa na transição entre os séculos XIX e XX: distribuição espacial dos pátios e vilas operárias”, in M.C.Silva, L.V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes e A.M.N. Vasconcelos (orgs), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 187-206.
- BAPTISTA, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Oeiras: Celta Editora.
- CASTELLS, Manuel (1974), *Lutas Urbanas e Poder Político*. Porto: Edições Afrontamento.
- ENGELS, Friedrich (1971/1872) *A Questão do Alojamento*, Porto: Cadernos Para O Diálogo.
- FERREIRA, António Fonseca (1987), *Por Uma Nova Política de Habitação*. Porto: dições Afrontamento.
- FISCHER, Gustave-N. (1994), *Psicologia Social do Ambiente*. Lisboa: Edições Instituto Piaget.
- GROS, Marielle Christine (1994), *O Alojamento social sob o fascismo*, Porto: Edições Afrontamento.
- HARVEY, David (1977), *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo XXI.
- HARVEY, David (1980), *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.
- LEFEBVRE, Henri [1991 (1968)], *O Direito à Cidade*. S. Paulo: Editora Moraes.

Cartografia socio-espacial da “ilha” da Bela Vista

- PALLASMAA, Juhani (2014) *Los Ojos de la Piel. La Arquitectura y los Sentidos*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção rivada do alojamento operário”. In *Análise Social*, vol. XXIX (127):509-524.
- QUEIRÓS, João (2015), *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos (2015) *Cidade, Habitação e Participação*. Porto: Edições Afrontamento.
- RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira (2016), *A Cidade da Participação. Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*. Porto: Edições Afrontamento
- RODRIGUES, Fernando Matos, FONTES, António Cerejeira FONTES, António (2017), “Processos metodológicos e prática arquitectónica em Habitação Básica Participada”, in F.M. Rodrigues, M.C.Silva, António C. Fontes, André C. Fontes, S. Mourão e L. Baptista (orgs), *Por uma Estratégia de Cidade Sustentável. Expansão Urbana Planeada, Quadro Legal e Financiamento Autárquico*. Porto, Edições Afrontamento,
- RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, António Cerejeira; FONTES, André Cerejeira (2020), “Metodologias participativas: o caso exemplar da ‘ilha’ da Bela Vista (2013-2017)”, in M.C. Silva, F.M. Rodrigues, J. T. Lopes, A. C. Fontes e T. Mora (orgs), *Por uma Habitação Básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto: Edições Afrontamento, pp.173-201.
- SILVA, Carlos Nunes (1994): “Mercado e Políticas Públicas em Portugal: a questão da habitação na 1ª metade do século XX”, *Análise Social*, nº 127: 655-676.
- SILVA, Manuel Carlos (1998) *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2003), “Experiência e estratégia duma pesquisa em meio rural”. In T. Caria (org), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 167-183.
- SILVA, Manuel Carlos (2012) *Socio-antropologia rural e urbana. Fragmentos da ociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos; RODRIGUES, Fernando Matos; LOPES, João Teixeira; FONTES, António Cerejeira; MORA, Teresa (2020), *Por uma habitação básica. Cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto: Edições Afrontamento.
- SMITH, Neil (2012), *La Nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación*. drid: Edición Traficantes de Sueños.
- SOJA, Edward (2010), *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis University of Minnesota Press.
- TARSI, Elena (2018), *Per una Città Giusta. Politiche e progretti di inclusione urbana in Portugallo*. Firenzi: Didapress/Dipartimento de Architectura Università degli Studi di Firenze.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1996) *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Projetos públicos de habitação popular em Cortiços e 'Ilhas'

Figura 11 - Apropriação dos moradores no corredor da ilha



Fonte: Arquivo Lahb

Figura 12 - Apropriação dos moradores no espaço



Fonte: Arquivo Lahb